

## ENTREVISTA

## Fabio Giambiagi

# “A manutenção das atuais regras de aposentadoria é um suicídio nacional”

—Especialista diz que população brasileira envelhece brutalmente e que é preciso discutir agora o funcionamento da Previdência de 2050. “Os que se aposentarão daqui a 35 anos estão começando hoje”

ABDO FILHO  
afilho@redgazeta.com.br

A entrevista deste domingo é com o economista Fabio Giambiagi, referência no cenário nacional quando o assunto são os gastos públicos. O sotaque de quem foi criado até a adolescência na Argentina (ele nasceu no Rio, mas foi para Buenos Aires antes de completar um ano) ainda é forte, mas sua contribuição à economia brasileira certamente é ainda mais marcante. São mais de 20 publicações, a maioria delas acerca das finanças públicas, lançadas nas últimas décadas. De Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) são mais de 30 anos, além de passagens por Ministério do Planejamento e Ipea.

Na avaliação de Giambiagi, e ele deixa isso claro na entrevista que segue, o grande nó do país atende pelo nome de Previdência Social. “A legislação brasileira permite aposentadorias em idades que, comparativamente com o resto do mundo, são extremamente precoces”.

Num país que sempre foi considerado jovem, ou seja, com muita gente trabalhando para poucos aposentados, isso nunca foi problema, a questão é que agora o Brasil está envelhecendo. “Se colocarmos os 200 milhões de brasileiros um do lado do outro e separá-los exatamente pela metade, esse cidadão que está no meio, em 2010, tinha 28 anos. Em 2050, ele terá 44 anos. Isso é uma modificação demográfica brutal!”.

É sobre essa brutalidade que Giambiagi faz o alerta. “A manutenção das atuais regras de aposentadoria, diante do que está por vir, é simplesmente suicida do ponto de vista nacional”.

Ele também aborda a questão da perda de produtividade e, consequentemente, de competitividade do Brasil, e da necessidade de investimentos em educação.

**Tudo bem que o Brasil é um país cheio de desafios, mas, se fosse para escolher um a ser enfrentado prioritariamente, qual o senhor escolheria?**

O próximo presidente tem de restabelecer o famoso tripé macroeconômico (câmbio flutuante, regime de metas de inflação e controle fiscal), que foi bastante danificado nos últimos tempos. No curto prazo, essa é a principal tarefa.

**E para longo prazo?**

Como venho falando nos últimos anos, continuo a acreditar que o principal desafio é encarar a mudança demográfica em curso, que será muito substancial nos próximos 20, 30 anos. A manutenção das atuais regras de aposentadoria, diante do que está por vir, é simplesmente suicida do ponto de vista nacional.

**E o que está por vir?**

A mediana (é, em estatística, o ponto exato que separa uma amostra pela metade) da idade da população, ou seja, se colocarmos os 200 milhões de brasileiros um do lado do outro e separá-los exatamente pela metade, esse cidadão que está no meio, em 2010, tinha 28 anos. Em 2050, ele terá 44 anos. Isso é uma modificação demográfica brutal! A questão é observar em que condições as pessoas se aposentarão em 2050. Ah, está longe... É,

A demografia não vai se adaptar à Constituição, ela é burra, simplesmente não sabe o que é legal ou ilegal. É uma fatalidade, a Constituição terá de se adaptar. O país tem de se decidir se se prepara para o longo prazo ou não”

mas as condições precisam ser definidas agora, afinal, quem entra no mercado de trabalho em 2015, pelas regras atuais, se aposentará em 2050.

**O senhor consegue enxergar nos candidatos à Presidência a vontade de debater esse tipo de assunto?**

A demografia não vai se adaptar à Constituição, ela é burra, simplesmente não sabe o que é legal e o que é ilegal. É uma fatalidade, a Constituição terá de se adaptar à demografia. Ainda estamos ouvindo falar muito daquele 7 a 1 para a Alemanha. Que alemães se planejam e o brasileiro improvisa. Os dados estão todos aí, o país tem de se decidir se se prepara para o longo prazo ou não, independentemente do que os candidatos julgarem. É uma questão nacional, de Estado. O papel da liderança política é liderar, assim que assume a cadeira de presidente é preciso deixar o candidato de lado e liderar. Dizer o que precisa ser mudado e como isso se dará. Importante frisar que ou essa agenda virá o Executivo ou não virá. Evidentemente que não será o Legislativo que elaborará uma agenda de reformas. Ninguém é ingênuo de pensar que alguém vai ganhar eleição pontuando o que fará para reformar a Previdência, mas também não se pode fazer uma campanha que imponha vetos, que é o que acontece quando o candidato diz: “Em hipótese alguma farei tal coisa”.

**O governo Dilma Rousseff conseguiu aprovar o Funpresp (fundo de previdência complementar dos servidores públicos federais)...**



### Brasil amarrado

O economista Fabio Giambiagi critica a dificuldade de se fazerem reformas no país. FOTO: Divulgação

... (interrompe) Foi uma das poucas boas iniciativas adotadas nos últimos anos. Uma excelente reforma, tanto na parte da proposta como na parte da regulação.

**Ele tira um peso enorme das costas do governo, mas, ao que parece, não resolve o problema.**

Importante lembrar que ele vai ter efeito daqui a 40 anos, só vale para quem está entrando agora, não muda as contas a partir do ano que vem. Além disso, só vale para o serviço público, e o problema principal, em termos da evolução da despesa ao longo dos últimos 15, 20 anos, tem se verificado no INSS (responsável pelos pagamentos das aposentadorias e demais benefícios dos trabalhadores com exceção dos servidores públicos). A despesa com aposentadorias de servidores, em meados dos anos 90, consumia um pouco mais de 2% do PIB, agora está entre 1,7% e 1,8%. Ao passo que as despesas com INSS, que quando o Plano Real foi lançado (1994), era da ordem de 5% do PIB, hoje estão em 7,5%. É aí que se concentra o principal desafio para as contas.

**A que isso está relacionado?**

À regra do salário mínimo (seguidos ganhos reais, mesmo com a economia crescendo pouco) e à benevolência de uma legislação que permite aposentadorias em idades que, comparativamente com o resto do mundo, são extremamente precoces. Basta citar que a idade média para mulheres é de 52 anos e para homens de 55. Muito precoce. Sobre o salário mínimo, até entendo o aumento para o mercado de trabalho,

“

**Eu diria que as contas fiscais, que ficaram no azul durante muitos e muitos anos, entraram no terreno amarelo nos últimos dois ou três anos. Quando o olho esse cenário no futuro, já enxergo um laranja bem mais intenso”**

mas vejo com ressalvas a manutenção do mesmo piso para aposentadorias e benefícios assistenciais. Estamos num país onde o número de idosos cresce 4% ao ano, a economia cresce, vamos ser generosos, 2% ao ano e nós queremos, além disso, dar aumento real para aposentados. Não precisa ser economista para perceber que a conta não fecha!

**Estamos diante de um problema que sorve cada vez mais o dinheiro público, por isso, o que sobra deve ser bem gasto. Como qualificar as despesas de União, Estados e municípios?**

Esse é o papel pedagógico do presidente da República. Ele deve explicar que não há dinheiro para tudo. Ao longo dos últimos dez anos nós tivemos uma combinação de circunstâncias que permitiu que aumentássemos tudo ao mesmo tempo. Houve uma formalização grande do mercado de trabalho, salários aumentaram e foi possível essa generosidade. Nos últimos três anos, os gastos continuaram a subir, mas num contexto bem mais difícil do lado das receitas. Isso só foi viabilizado com o aumento do déficit público, só que há um limite para isso. Quando isso começou (2011), podia se dizer que havia uma gordurinha, que podíamos ir um pouco além, mas essa não é mais a situação. Eu diria que as contas fiscais, que ficaram no azul durante muitos e muitos anos, entraram no terreno amarelo nos últimos dois ou três anos. Quando olho esse cenário no futuro, já enxergo um laranja bem mais intenso.

**E a questão da produtividade no Bra-**

**sil? O empresariado reclama que os salários sobem, mas a produção não avança. A baixa qualificação do brasileiro médio é o principal complicador?**

Quando a gente procura entender as causas do que aconteceu na Europa, vemos que eles transitaram no que os especialistas chamam de dinâmica em duas velocidades. Ou seja, temos uma Europa vinculada à Alemanha, que vai muito bem, e temos uma Europa, que vamos chamar genericamente de mediterrânea – Grécia, Itália, Portugal e Espanha –, que de um modo geral teve um desempenho pavoroso depois de 2008. Se olharmos para um gráfico de evolução salarial desde que o euro foi criado, em 1999, até 2008, o custo unitário da mão de obra, no caso da Alemanha, parece um eletrocardiograma de morto, ou seja, está paradinho. Se você olha o dos gregos, italianos e portugueses, é um negócio que vai lá para cima. Ou seja, o custo da produção nesses países ficou muito alto. No passado, desvalorizava a moeda e tornava-se competitivo novamente. Com o euro, isso acaba, só dá para rebalancear com a redução dos salários, que é um processo socialmente complicadíssimo. Aqui não temos as amarras de uma moeda única, mas se você quiser entender o problema de nossas exportações, basta olhar o mesmo gráfico. Em 2003, a economia foi mal, mas estávamos bem em termos de competitividade, com o custo lá em baixo. Nos dez anos seguintes, o custo unitário da mão de obra no Brasil subiu simplesmente 17%. Não é à toa que temos problemas para exportar. Isso está tirando a nossa competitividade.